



A AULA VIROU SLIDE: O ENSINO DE SOCIOLOGIA ENTRE TELAS E RESISTÊNCIAS

The Class Became a Slide: Teaching Sociology Between Screens and Resistance

Ana Paula Corti¹
Josefa Alexandrina Silva²

Resumo: O presente artigo discute os desafios para o ensino de sociologia na rede pública estadual de São Paulo diante da Reforma do Ensino Médio que fragmenta os conhecimentos advindos da ciência e amplia os espaços para veiculação e naturalização de discursos empresariais. Para implementar esse projeto, a Seduc-SP intensificou os processos de padronização do ensino, que têm retirado a autonomia docente e minado as bases teórico-epistemológicas do ensino de sociologia. Foi realizada a análise dos slides de sociologia disponibilizados pela Seduc-SP aos professores e as conclusões apontam que a imposição de slides padronizados é uma prática pedagógica antiquada que dificulta a utilização de metodologias mais plurais e dialógicas. Os slides são de autoria desconhecida e apresentam erros, fazem um planejamento irreal do tempo pedagógico, apresentam noções de senso comum, textos rasos e curtos e uma linguagem muito próxima à usada nas redes sociais, concebendo o aluno como um usuário de tecnologias digitais cuja atenção deve ser disputada.

Palavras-chave: ensino de sociologia. ensino médio. reforma do ensino médio.

Abstract: The article addresses the difficulties of teaching Sociology in public schools in São Paulo under the High School Reform policy. This policy compartmentalizes scientific knowledge, making it easier for corporations to influence and normalize certain discourses. The State Education Secretary of São Paulo (SEDUC-SP) has intensified the process of educational patronization to implement the project, which has compromised teachers' autonomy and undermined the theoretical and epistemological foundations of Sociology teaching. An examination of the materials provided by SEDUC for teachers reveals that these standardized resources for teaching are outdated and hinder the application of diverse and dialogic teaching methods. These materials lack credibility and contain errors, resulting in an unrealistic teaching plan with superficial content resembling what is often found on social media, assuming that students are primarily digital platform users whose attention needs to be captivated.

Keywords: sociology teaching, high school, high school reformation.

¹ Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais (FFLCH-USP), mestre em Ciências Sociais pela UFSCar e Doutora em Educação pela FE-USP. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4945-6458>. E-mail: anapaulacorti@gmail.com.

² Bacharela, Licenciada e Mestre em Ciências Sociais (PUC-SP) e Doutora em Educação pela FE-USP. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Juventude da UNIFAL-MG e Secretária Executiva da ABECS (Gestão 2022-2024). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2662-2938>. E-mail: j.alexandrina@uol.com.br.



Em nossos dias, proliferam acusações ao cientista, à ciência e à tecnologia científica – que desmoralizam o saber científico e o seu agente humano [...]. Graças à circunstância de os cientistas se omitirem diante de utilizações irracionais e destrutivas dos dados e das descobertas da ciência [...] muitas questões essenciais para o crescimento presente e futuro da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica foram tomadas segundo critérios irracionais, ditados por interesses sociais egoísticos, por inclinações conservantistas e por agentes humanos que odeiam visceralmente o espírito científico. (Fernandes, 2021)

1 Introdução

As análises sobre reformas curriculares ocorridas nas últimas duas décadas no Brasil e em outros países indicam que estas expressam mudanças na base econômica e política das sociedades. Laval (2003) identifica recorrências nas reformas educacionais, tais como deterioração das instituições educacionais com o avanço da intervenção no campo do currículo, padronização dos conteúdos e métodos de ensino e alterações na profissionalização docente. Para o autor, as reformas evidenciam o avanço do neoliberalismo como ideologia para o campo escolar, com ênfase na formação do sujeito flexível para o trabalho autônomo a partir de uma racionalidade instrumental apoiada em valores como competitividade e eficiência. Nossa compreensão atual acerca do neoliberalismo vai além da ideia de diminuir os direitos sociais, promover as privatizações e priorizar as políticas de austeridade fiscal. Para Dardot e Laval, o neoliberalismo defende um Estado interventor, responsável pela criação de arquiteturas jurídicas voltadas a uma economia concorrencial, que zele pelo cumprimento das regras de mercado, mas que seja, ele próprio, organizado a partir delas. Essa concepção defende a reestruturação do Estado nos moldes concorrenciais de mercado, instaurando para si as normas do direito privado, um ideário segundo o qual o Estado deve ser organizado como uma empresa (Dardot, Laval, 2018).

No Brasil, as concepções neoliberais de educação vêm sendo inseridas desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Em nome da necessidade de adaptar a escola às inovações trazidas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pela reestruturação produtiva e pelos novos requisitos necessários ao trabalhador polivalente do pós-fordismo, a LDB estabelece as bases do ensino interdisciplinar ou por área de conhecimento. Mas é na Lei 13.415/2017 que o reformismo educacional se aprofunda, propondo um remodelamento do Ensino Médio que passa a ter duas frentes: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos. A BNCC passa a ser organizada por áreas de conhecimento e as disciplinas escolares perdem sua obrigatoriedade legal, com exceção de matemática e português. Parte da carga horária antes dedicada à formação geral é transferida para os itinerários formativos, sem nenhuma regulamentação nacional. O desenho e a oferta dos cursos são assim deixado ao sabor dos estados.

Nesse contexto, a educação básica, com suas finalidades e sentidos, se tornou um campo de intensas disputas. Para os adeptos da reforma, a prioridade é a formação do trabalhador flexível, adaptado às novas condições de um mundo do trabalho desregulamentado, que cultiva a mentalidade do pequeno empresário empreendedor de si. A função principal da educação escolar passa a ser o ajuste do indivíduo ao mercado, exercitando valores, ideias e subjetividades moduladas à sua imagem e semelhança, o que exige alterações radicais no currículo com a retirada de disciplinas de formação geral básica e a introdução de novos componentes curriculares. Trata-se, assim, de combater abertamente um projeto de educação humanizador e emancipador, que permite preparar os jovens para o exercício da democracia e

da autonomia. Conseqüentemente, vivenciamos uma profunda mudança na organização da escola e o desmonte da cultura escolar, definida por Julia como “[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]” (Julia, 2001, p. 10). A diminuição dos saberes científicos, artísticos e humanísticos no currículo tem sido acompanhada por uma alteração das normativas que regulam a formação docente e por um ataque à profissão, com intensificação do trabalho, novas formas flexíveis de contratação, relaxamento das exigências de formação e uso intensivo das tecnologias digitais e da inteligência artificial.

As áreas de conhecimento, eixo da nova organização curricular, trazem na nomenclatura e na concepção a ideia da aplicabilidade prática e produtiva do conhecimento (Silva, 2018), defendendo uma noção de “ciências aplicadas”. Entretanto, a suposta interdisciplinaridade da área de conhecimento fica esvaziada sem a presença das disciplinas que forneceriam a base dos conceitos e conhecimentos em torno dos quais seria possível a articulação interdisciplinar. Há redução no espaço de formação humana e as disciplinas escolares se transformam em “estudos e práticas” com ênfase no saber fazer em detrimento da aquisição de conhecimentos advindos da ciência (Silva, 2021).

Nesse contexto, o ensino de sociologia vem sendo alvo de investidas governamentais no sentido de sua diminuição no currículo e sua descaracterização como componente curricular dotado de identidade teórico-epistemológica. Este artigo tem como objetivo abordar essas transformações a partir da análise de um caso concreto: o material digital (slides) criado pela Seduc-SP para o ensino de sociologia, no âmbito do Novo Ensino Médio (NEM). O trabalho é composto por introdução, apresentação do contexto paulista de implementação do Novo Ensino Médio, descrição da metodologia utilizada, análise dos slides adotados em sala de aula e considerações finais.

2 O NEM e o ensino de sociologia em São Paulo

No período de redemocratização brasileira após a ditadura civil-militar, o estado de São Paulo foi um dos primeiros a reintroduzir a sociologia no currículo escolar, em 1984 (Marpica, Gobbi, 2015). Porém, com a eleição de governos de orientação neoliberal nos anos 1990 o estado adotou uma nova orientação, contrária à institucionalização da disciplina, vetando a Resolução n. 4 de 2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Com a aprovação da Lei nacional 11.684/2008, a sociologia passou a ser obrigatória em todos os currículos do ensino médio e o estado de São Paulo foi obrigado a se adaptar.

Com a emergência dos debates em torno do Novo Ensino Médio, iniciou-se um novo período em que a disciplina de sociologia foi colocada na berlinda. O currículo do estado de São Paulo, desde a aprovação da Lei 13.415/2017, promoveu uma diminuição significativa no número de aulas, como podemos ver no Quadro 1:

Quadro 1 — Sociologia no Ensino Médio Paulista

Antes da Lei 13.415/2017 – Novo Ensino Médio	2021	2024
1ª. Série – 2 aulas	1ª. Série – 2 aulas	1ª. Série – 0
2ª. Série – 2 aulas	2ª. Série – 2 aulas	2ª. Série – 2
3ª. Série – 2 aulas	3ª. Série – 0 aulas	3ª. Série – 0
Total: 6 aulas	Total: 4 aulas	Total: 2 aulas

Fonte: ABECS-SP (2024).

O Estado de São Paulo foi o precursor da Reforma do Ensino Médio no país, sendo o primeiro a implantar o novo currículo em 2021, ainda durante a pandemia de Covid-19. Foi uma implementação apressada e unilateral, realizada num período em que as escolas estavam fechadas, impossibilitando o envolvimento e a participação dos professores. O modelo adotado em São Paulo teve, em 2021, 10 itinerários formativos a partir das áreas de conhecimento somados a 25 opções de itinerários profissionais. A opção dos estudantes pelos itinerários foi feita de forma online, e era obrigatório escolher pelo menos seis itinerários formativos ligados às áreas de conhecimento, por ordem de preferência. Como tinham que escolher seis entre dez opções, o resultado foi uma distribuição bastante homogênea das escolhas dos estudantes, o que justificaria a oferta de qualquer itinerário por parte da Seduc-SP (Rede Escola Pública e Universidade, 2022).

De fato, a implantação dos itinerários revelou a falácia da liberdade de escolha, pois a oferta se deu em função dos condicionantes da capacidade instalada nas escolas, e não conforme as opções dos alunos. Em pesquisa documental, Cássio e Goulart apontam que uma das principais instâncias responsáveis pela criação do Novo Ensino Médio – o Conselho Nacional do Secretários de Educação (Consed) – tinha ciência de que a liberdade de escolha individual dos alunos “[...] só poderia ser realizada – e assim mesmo com muitas restrições – se a reforma fosse acompanhada de investimentos massivos para aumentar a capacidade instalada das redes e a contratação de pessoal para uma ampliação significativa das turmas”, o que não aconteceu (Cássio, Goulart, 2022, p. 530).

Muitas denúncias vieram ao conhecimento do grande público a respeito do Novo Ensino Médio em 2023, gerando protestos estudantis de rua, abaixo-assinados e criação de Comitês pela revogação da Reforma (Corti, 2023). A pressão social gerou o anúncio de uma consulta pública pelo governo Lula para “reformular” a Reforma. Porém, antes mesmo da conclusão desse processo e desconhecendo as possíveis alterações que ele traria na Lei 13.415/2017, o governo de São Paulo anunciou uma nova mudança curricular em meados de 2023, que seria colocada em prática no ano seguinte.

Assim, em 2024 o “Novo Ensino Médio” paulista passou por uma redução no número de itinerários formativos para três:

Dois dos itinerários propostos são integrados e vinculados às áreas do conhecimento – articulando, respectivamente, as áreas de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG+CHS), e as áreas de Matemática e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (MAT+CNT). O terceiro itinerário vincula-se à chamada “formação técnico-profissional”, no âmbito de uma proposta de reformulação do programa Novotec criado na gestão anterior (Grupo Escola Pública e Democracia, 2023).

Foram introduzidos também os itinerários globais com disciplinas cursadas por todos os estudantes: projeto de vida, educação financeira, aceleração para o vestibular, tecnologia, redação e leitura. A mudança foi uma reação da Seduc-SP às inúmeras críticas ao currículo do NEM, que havia criado nada menos que 276 novos componentes curriculares, contabilizando apenas os itinerários formativos (Jacomini et. al, 2024) – mas também traz o reconhecimento, por parte da Seduc-SP, de sua incapacidade de ofertar os itinerários tal como previsto na Lei 13.415/2017. Sendo assim, os itinerários por área de conhecimento foram suprimidos, dando lugar aos itinerários integrados.

O itinerário de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais aplicadas (LGG+CHS) é aquele em que, em tese, os estudantes teriam mais conteúdos de aprofundamento nas ciências humanas, incluindo a Sociologia. Entretanto, quando observamos os componentes curriculares

do itinerário – Geopolítica, Filosofia e Sociedade Moderna, Mídias Digitais, Oratória e Liderança –, não encontramos os conhecimentos sociológicos.

Os conhecimentos históricos e sociológicos foram os mais prejudicados no desenho do itinerário de Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e os professores de sociologia foram desviados para ministrarem a disciplina “Liderança”. Embora deva ser atribuída prioritariamente aos professores de sociologia, a disciplina “Liderança” não traz em sua ementa nenhuma menção à palavra “sociologia” (São Paulo, 2024), sendo composta por temas vinculados à administração de empresas e à gestão empresarial de pessoas. Assim, a redução das aulas de sociologia que verificamos no Quadro 1 parece ter ocorrido intencionalmente com o objetivo de transferi-las aos itinerários formativos – nesse caso, à disciplina de Liderança³.

A implementação do NEM em São Paulo tem sido acompanhada por um processo de plataformização do ensino⁴. Em 2023, a Seduc-SP passou a exigir que os professores aplicassem aulas prontas provenientes de uma plataforma online, em formatos de slides digitais. O material digital possui autoria desconhecida, apresenta diversos erros e baixa qualidade técnica e pedagógica (Rede Escola Pública e Universidade, 2023). Ao mesmo tempo, o governo paulista anunciou sua saída do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que seria substituído pela adoção dos slides⁵.

As ações supracitadas evidenciam a tendência analisada por Giroux de que as reformas educacionais procuram reduzir o papel dos professores no ensino, limitando-se a “administrar e implementar programas curriculares, mais do que desenvolver ou apropriar-se criticamente de currículos que satisfaçam objetivos pedagógicos específicos” (Giroux, 1997, p.158).

A expansão da lógica do mercado para o campo educacional trouxe para o setor público práticas gerencialistas que resultam na degradação das condições de trabalho para os professores (Laval, 2004). Destaca-se a ampliação dos sistemas de controle do trabalho, em que a imposição do uso de slides em sala de aula é uma evidência da tentativa de retirar a autonomia docente.

Além disso, ocorre uma flexibilização das formas de contratação no setor público, com expansão do trabalho temporário, intermitente e sem direitos, desrespeitando a Constituição Brasileira, que define que a contratação no setor público deve ocorrer por meio de concurso (Barbosa, Venco e Jacomini, 2022). Dessa maneira, o trabalho docente tem sido marcado por incertezas e o crescente apagamento do reconhecimento social do professor.

A Sociologia, como disciplina escolar, se constituiu no Estado de São Paulo em meio ao intenso processo de precarização das condições de trabalho. O reduzido número de aulas conduz os professores a trabalharem em mais de uma escola e a ministrarem outras disciplinas fora de sua área de formação, comprometendo o ensino da disciplina, como afirmou Zanardi:

³ Essa disciplina conta com 2 aulas por semana na 2ª e 3ª séries do ensino médio em São Paulo – o dobro da carga horária de sociologia no ensino médio.

⁴ O atual secretário de educação de São Paulo, Renato Feder, já havia implementado a plataformização do ensino no estado do Paraná, processo analisado por Barbosa e Alves (2023).

⁵ O anúncio do governo paulista teve repercussão negativa, já que o PNLD é financiado pelo governo federal sem custo para os cofres estaduais e consiste em material que passa por criteriosa avaliação governamental. Assim, a decisão foi revertida na Justiça em resposta a uma ação popular protocolada por parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).



jornadas de trabalho extenuantes decorrentes de número excessivo de alunos e turmas, condições deterioradas de insumos pedagógicos e contratos precarizados de trabalho – os professores denunciam, contundentemente, que as condições para sua profissionalização estão bastante comprometidas. (Zanardi, 2009 p. 116)

Diante desse cenário, a Associação Brasileira de Ensino das Ciências Sociais (ABECS)⁶ – Unidade Regional SP tomou a iniciativa de constituir um grupo professores de sociologia da rede estadual e do ensino superior que, juntos, produziram uma leitura e uma análise crítica dos slides de sociologia. Assim, em contraposição à tendência dos reformadores de reduzir o papel dos professores, a iniciativa visou promover o diálogo sobre o lugar do ensino das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) no atual currículo, envolvendo professores nesse processo de reflexão.

Partimos da premissa de que os professores são sujeitos sociais que, na articulação entre teoria e prática, atribuem sentidos à sua experiência e, mesmo diante de crescentes constrangimentos e limitações à sua autonomia, produzem práticas que traduzem o currículo prescrito (Sacristàn, 1998) no cotidiano escolar.

Tomando como base a noção de resistência trabalhada por autores como Giroux (1986), Apple (1989) e Willis (1991), consideramos que a cultura escolar é um sistema de práticas constituído por um jogo dialético entre a cultura dominante e sua recepção pelas classes dominadas, de modo que os professores interagem com as determinações oficiais de forma ativa, podendo produzir contestações e transgressões.

O estudo se debruçou sobre os conteúdos de sociologia da matriz curricular em vigor em 2023, quando a sociologia estava presente no 1º e 2º anos do ensino médio. Foram analisados 346 slides elaborados pela Seduc-SP para as aulas do 4º bimestre.

3 Os sentidos do ensino de Sociologia

Como a aparência e a essência das coisas não são coincidentes e os discursos de senso comum presentes na sociedade contemporânea não explicam fenômenos como as desigualdades, opressões e todas as formas de injustiças sociais, as ciências sociais são fundamentais para tornar o mundo cognoscível. (Marx, 1987)

A forte incidência dos meios de comunicação de massa e as redes sociais com forte apelo ao consumo e seus discursos ideológicos atuam para fragmentar ainda mais a compreensão da realidade social. Nesse sentido, o pensamento sociológico se torna imprescindível para revisitar a vida cotidiana e desnaturalizá-la, relacionando-a com as estruturas sociais. Como afirma Wright Mills, a primeira lição da ciência social é:

[...] a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar o seu próprio destino situando-se dentro de seu período, de que ele só pode conhecer suas chances na vida tornando-se consciente daquelas de todos os indivíduos em suas circunstâncias” (Mills, 2009, p. 84)

Como se pode ver, em que pesem as intermitências que marcam a trajetória do ensino da sociologia no ensino médio, trata-se de uma disciplina fundamental para que os estudantes

⁶ A ABECS é uma associação civil, socioeducacional e científica, sem finalidades político-partidárias, sindicais ou religiosas, que tem por finalidade apoiar a expansão e a qualificação constante do ensino das Ciências Sociais em todos os níveis de ensino. Congrega profissionais que atuam no magistério ou pesquisem sobre o ensino da Sociologia/Ciências Sociais, em todos os níveis e segmentos, a saber: educação básica, graduação e pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*. A associação foi fundada em 2012 e atualmente tem unidades regionais em 13 estados e no Distrito Federal.

tenham uma compreensão sistemática e científica do mundo social, o que contribui para que possam intervir com mais consciência na realidade.

Nesse sentido, em uma sociedade marcada pela ampla difusão de ideologias, fake news, ataques à ciência e disseminação do anti-intelectualismo (Carlotto, 2019), cabe ao sistema educacional oferecer aos estudantes um conhecimento científico e reflexivo do mundo social. Por isso, o ensino de sociologia ocupa um lugar de destaque na formação da cidadania. Como afirma Lahire:

Na falta de ciências sociais fortes, e cujos resultados são o mais amplamente difundidos, os cidadãos ficariam totalmente desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas numa sociedade na qual o lugar do simbólico (ou seja do trabalho sobre as representações) é consideravelmente apagado. O papel dos especialistas da comunicação política (melhor, porém, seria falar de “manipulação política”) ou do marketing, dos jornalistas, dos pesquisadores, quase cientistas, dos retóricos mais ou menos hábeis, enfim, de todos os sofistas dos tempos modernos, não parou de crescer, e é, portanto, imprescindível transmitir, o mais racionalmente possível e para o maior número de pessoas, os meios de decifrar e de contestar os discursos de ilusão sobre o mundo social (Lahire, 2014, p. 50).

O que diferencia o ensino de sociologia dos discursos ideológicos, políticos e religiosos presentes na sociedade é o desenvolvimento de um conhecimento preciso e rigoroso fundamentado nas teorias das Ciências Sociais e suas metodologias que respaldam a análise de dados a fim de tornar a realidade compreensível (Lahire, 2014). Dessa maneira, o ensino de sociologia contribui para o desenvolvimento de atitudes científicas na escola, como a análise de dados quantitativos, observações do tipo etnográficas, realização de entrevistas e questionários, entre outros.

Como disciplina escolar que trata dos problemas sociais, a metodologia de ensino tem como ponto de partida interrogar a realidade concreta em que os estudantes estão inseridos, construindo o conhecimento a partir de uma relação dialógica. Nesse sentido, a aprendizagem deve ser ativa, baseada na pesquisa e na reflexão crítica, como preconizam as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), segundo as quais o ensino de sociologia deve ser feito a partir dos procedimentos de estranhamento e desnaturalização da realidade social.

Pela importância da sociologia na formação dos estudantes no nível médio, os reformadores neoliberais não conseguiram retirar o ensino da sociologia desse nível de ensino. Ainda que a reforma do ensino médio instituída pela Lei 13.415/2017 e reformulada pela Lei 14.945/2024 não estabeleça uma carga horária específica para o ensino da sociologia, a BNCC deve incluir obrigatoriamente seus conteúdos e métodos como estudos e práticas na área das Ciências Humanas.

3.1 A análise dos slides: procedimentos metodológicos

Desenvolvemos uma análise crítica do material de sociologia da matriz curricular em vigor em 2023, quando a Seduc-SP, de maneira compulsória e desrespeitando a autonomia docente, introduziu os slides digitais nas salas de aula. Para obrigar os professores a utilizarem o material, os diretores e coordenadores foram orientados a assistir às aulas dos professores e elaborar relatórios avaliativos para os órgãos centrais. Além disso, a Seduc-SP vinculou os



conteúdos dos slides ao Provão Paulista⁷, como forma de impor aos professores o currículo prescrito.

Os slides foram disponibilizados parcialmente ao longo do ano letivo de 2023, impedindo que os docentes tivessem acesso à totalidade do material e ao sequenciamento dado aos conteúdos para a disciplina, ministrada no 1º e 2º anos do ensino médio. Assim, nossa análise se circunscreveu aos slides disponibilizados à época: slides de 8 aulas do 1º ano e 9 aulas do 2º ano, totalizando 346 slides elaborados pela Seduc-SP para o 4º bimestre.

Os slides são documentos oficiais que registram a política curricular, constituindo-se assim como fonte de informação primária sobre a concepção da Seduc-SP em relação ao ensino de sociologia. Seu caráter impositivo rompe a fronteira da prescrição normativa característica dos documentos curriculares para se configurar no próprio currículo vivido em sala de aula. Como documento, expressa os princípios, regras e valores que regem o ensino (Alves-Mazzotti; Gewandsznajder, 1998).

A seguir, apresentamos o Quadro 2 com os temas e número de slides referentes ao 4º bimestre de 2023 que foram objeto de nossa análise.

Quadro 2 — Slides de sociologia para o Ensino Médio – Seduc-SP, 2023

1ª. Série		
Aula	Tema	Número de slides
01	Formas de Violência	26
02	Violência & Foucault	17
03	Violência Simbólica	19
04	Violência doméstica	22
05	Alguns outros brasileiros	19
06	Movimentos indígenas e suas estratégias	23
07	Movimento negro e suas estratégias	22
08	Ações Afirmativas e política de redistribuição	18
2ª. Série		
01	Tratados internacionais	21
02	Tratado de Vestfália	15
03	Convenção de Viena	24
04	Meio ambiente	24
05	Consumo e Consumismo	18
06	Obsolescência programada	18
07	O problema do lixo	18
08	Trabalho e escravização contemporânea	21
09	Trabalho decente no Brasil	21

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em material fornecido pela Seduc-SP (2024).


As etapas da análise dos slides foram: observação do material, leitura, reflexão sobre o conteúdo, interpretação e crítica. A modalidade de análise que se mostrou adequada foi a análise de conteúdo, que permitiu ir além do manifesto, e identificar as omissões, a seletividade das palavras utilizadas e as ambiguidades do material para extrair o seu significado (Chizzotti, 2010).

Para a análise documental foi elaborado um roteiro com questões direcionadas aos temas abordados, os conceitos utilizados, as metodologias e recursos apresentados, a forma de

⁷ Criado em 2023, o Provão Paulista é um sistema de avaliação aplicado aos estudantes da Rede Estadual para ingresso nas universidades estaduais paulistas.




Figura 1 — 1ª. Série – Aula 6 – Movimentos Indígenas e suas estratégias

 **Foco no conteúdo**

A Constituinte

Durante a Assembleia Constituinte, Ailton Krenak manifestou-se discursando e enegrecendo seu rosto para expressar um modo de ser, que, além de indígena, é muito resistente. Veja o trecho de seu depoimento em defesa dos povos indígenas e seus direitos, consolidados na Constituição de 1988:



http://drive.google.com/file/d/1O_GqEYjT43nsFOyjkM6hwsK26hzVat4_A/view

Fonte: Seduc-SP, 2023

Há superficialização dos temas, sem propostas de pesquisas e apresentação de dados estatísticos que possam demonstrar a recorrência dos fenômenos analisados, como se constatou na aula sobre o movimento negro.

As aulas não apresentam um uso equilibrado de recursos audiovisuais. Na aula sobre movimentos indígenas, por exemplo, exagera-se na quantidade de vídeos enquanto em outras aulas esse recurso é pouco explorado. Além disso, os slides não dialogam com as culturas juvenis e apresentam pouca variedade e insuficiência de materiais e linguagens como música, charges, filmes e vídeos.

O tempo é mal planejado, em geral, para a quantidade de slides propostos. Em uma aula de 45 minutos dificilmente seria possível trabalhar 20 slides com vídeos e exercícios e promover o necessário diálogo e participação dos estudantes. Em que pese os temas das aulas serem passíveis de adaptação aos diferentes públicos que compõem a Rede Estadual de São Paulo, como quilombolas, indígenas, jovens periféricos e área rural, a excessiva padronização das aulas, com falta de dados para análise e exemplificações, dificulta uma aproximação com os contextos mais próximos dos estudantes.

Nos slides da 2ª. série há uma certa desconexão temática: 1) Tratados internacionais, 2) Tratado de Vestfália e 3) Convenção de Viena. Na sequência, a seguinte lista de temas: 4) Meio ambiente, 5) Consumo e consumismo, 6) Obsolescência programada, 7) O problema do lixo, 8) Trabalho e escravização na contemporaneidade 9) Trabalho decente no Brasil.

As aulas sobre tratados internacionais são descritivas e se parecem mais com aulas de história e geografia, com ausência de abordagem e conceitos sociológicos: não se destaca a importância do Estado, soberania, cidadania e relações internacionais. Parte-se de uma perspectiva da história em que se historiciza a sociologia, sem contextualizar os tratados internacionais e os temas.

Na aula sobre consumo/consumismo apresenta-se uma noção de consumo baseada no senso comum. Apenas o conceito de consumismo é tratado com algum rigor científico no vídeo que apresenta ideias de Zygmunt Bauman, porém nos slides o tema é apresentado de forma rasa e superficial. Os demais conceitos mencionados não são tratados sociologicamente e não são utilizadas referências teóricas reconhecidas no campo de estudos. Assim, parte das noções apresentadas pelo material como “científicas” são, na verdade, reproduções do senso comum. Abaixo, as Figuras 2, e 4 trazem uma sequência de slides da aula “Consumo e Consumismo”:



Figura 2 — 2ª. Série – Aula 5 – Consumo e Consumismo

 **Foco no conteúdo**

O consumo em si é o ato de aquisição e utilização daquilo que é necessário.

Com relação ao consumismo, a pessoa não precisa daquilo que adquire, por mais que muitas vezes seja levada a pensar que sim.

E isso tem se tornado cada vez mais uma questão de status social: quanto mais coisas você tem, que sejam caras ou da moda, mais bem visto socialmente você é, e, inclusive, a construção da nossa identidade tem sido vinculada a isso.



Fonte: Seduc-SP, 2023

Figura 3 — 2ª. Série – Aula 5 – Consumo e Consumismo

 **Foco no conteúdo**

Propaganda é uma expressão que **abrange a divulgação** do nome de **pessoas** (propaganda eleitoral ou profissional), de **coisas à venda** (mercadorias, imóveis etc.) e, também, de **ideias** (propaganda dos Evangelhos, do Comunismo, do Nazismo etc.). Quando tem objetivos comerciais, é chamada, preferencialmente, de “publicidade”. (MALANGA, 1979)



Fonte: Seduc-SP, 2023

Figura 4 — 2ª. Série – Aula 5 – Consumo e Consumismo

 **O que aprendemos hoje?**

- Consumo: o ato de comprar está diretamente relacionado à necessidade ou à sobrevivência. Consumismo: está vinculado ao gasto em produtos sem utilidade imediata;
- Os meios de comunicação de massa exercem uma forte influência no consumismo dos jovens (assim como de todos os membros da sociedade). Surge a importância da publicidade e das redes sociais na construção de associar compras à vida boa, riqueza, status e felicidade.

Fonte: Seduc-SP, 2023

O material parece considerar que o estudante possui um papel passivo de ouvinte nas aulas. O uso de recursos digitais como slides não altera, por si mesmo, o perfil conteudista da abordagem que poderia ser feita utilizando-se a lousa, por exemplo. O material utiliza uma linguagem mais próxima da internet e do ambiente digital, com frases curtas, fragmentadas, superficiais e desconectadas, que são um entrave para que os estudantes desenvolvam o pensamento conceitual que exige maior nível de abstração e leituras mais longas, com exercícios de interpretação e análise.

O método dos slides parece reservar ao estudante, na sala de aula, o mesmo papel do usuário das mídias digitais e redes sociais: uma condição de receptor majoritariamente passivo e uma lógica de “engajamento” com os conteúdos. Assim, a aula passa a ser uma espécie de simulacro das redes sociais, reforçando a experiência dos estudantes como consumidores das mídias digitais, clientes de canais de entretenimento que devem ter linguagem rápida, capaz de prender a atenção dos usuários. É notória a tentativa de trazer para a escola a lógica da “economia da atenção” praticada na internet e voltada à venda de bens e serviços sob controle de grandes conglomerados do mercado. Esse enfoque do aluno como consumidor é extremamente problemático pois a relação mercantil não é a base da relação pedagógica, que está assentada em outros pressupostos como a relação de confiança e reciprocidade. Ao contrário do consumidor que entra numa loja, o estudante não sabe totalmente o que quer ou o que precisa quando chega à escola e à sala de aula, enquanto uma parte importante do processo de escolarização é justamente a apropriação de novos conhecimentos e experiências e o encontro com a alteridade (Biesta, 2017).

Os exercícios, em muitos casos, se restringem a procurar a alternativa incorreta em um conjunto de frases – o que não estimula a formação do raciocínio crítico e da argumentação. A forma slide, como material único, exacerba uma tendência já observada nos materiais didáticos por Apple (1989) de obstruir experiências de aprendizagem coletivas e atividades conjuntas. O material também parece supor certa irrelevância do docente enquanto sujeito da relação pedagógica, como se os slides pudessem, sozinhos, produzir a aprendizagem necessária – o que expressa uma orientação tecnicista retrógrada e denota a intencionalidade de tornar o professor substituível ou até mesmo desnecessário.

Uma vez que o material se torna compulsório para docentes, pode-se estar induzindo um tipo de aula exclusivamente expositiva, tradicional, que “deposita” conteúdos nos estudantes, reiterando uma prática de ensino antiquada. Isso seria um retrocesso em relação às metodologias baseadas no diálogo, no debate e troca de ideias, na leitura e interpretação de textos (ausentes do material) tão necessários à aprendizagem e à construção do pensamento sociológico.

5 Considerações Finais

Nesse artigo abordamos a implementação do Novo Ensino Médio em São Paulo e suas decorrências para o ensino de sociologia, destacando a diminuição significativa do número de aulas, bem como a digitalização do material didático que passou a ser de uso compulsório pelo professor. A substituição de materiais variados e, principalmente, do livro didático pelos slides produziu um achatamento significativo nas possibilidades de trabalho em sala de aula: estreitou o ensino, retirou a pluralidade de abordagens e teorias típicas do discurso científico e reduziu as atividades avaliativas à verificação em questões de múltipla escolha.

A imposição do uso dos slides da Seduc-SP estabeleceu um modelo de gestão de sala de aula que subtrai o debate de ideias na escola, impossibilitando a reflexão sobre os problemas sociais – um caminho encontrado pelos tecnocratas para manter a sociologia sob controle nas

escolas. Desse modo, os slides atuam para o encolhimento dos processos pedagógicos, buscando eliminar as práticas de diálogo e troca de saberes, com redução do espaço de formação do pensamento crítico.

Os problemas teóricos e metodológicos identificados no material analisado podem comprometer o próprio sentido do ensino de sociologia. As aulas são organizadas em torno de uma metodologia de ensino à distância em que a forma (excesso de slides, links, QRcodes, textos curtos, linguagem superficial) se sobrepõe aos conteúdos disciplinares. O formato slide praticamente suprime a mobilização de conhecimentos prévios, vivências, representações e valores dos estudantes.

Da mesma forma, as aulas possuem uma estrutura que individualiza o ensino, com pouco diálogo, os debates em grupo, a participação ativa e a exposição dos estudantes, comprometendo o desenvolvimento de aprendizagens coletivas a partir dos processos de estranhamento e desnaturalização dos fenômenos, bem como dificultando o desenvolvimento do pensamento sociológico.

Por fim, entendemos que o uso dos slides por profissionais comprometidos com uma práxis pedagógica emancipatória deve ser submetido à uma apropriação crítica e criativa, que produza subversões e transgressões num currículo que não pode ser considerado legítimo nem aceitável, já que nega frontalmente as teorias e metodologias das ciências sociais e os pressupostos epistemológicos do ensino de sociologia.

A autoria desconhecida do material é outro entrave que levanta suspeições e consiste em uma péssima prática da Seduc-SP, uma vez que a fonte e a autoria das ideias é um princípio legal e ético fundamental, flagrantemente desrespeitado pela autoridade pública. A resistência dos professores de sociologia às ilegalidades, ao abuso de poder e à usurpação do direito dos alunos aos conhecimentos científicos não é apenas legítima, mas também a própria afirmação da ética docente e do vínculo pedagógico.

Agradecimentos

Agradecemos aos professores e às professoras da Rede Estadual de Ensino de São Paulo que participaram da recuperação, da leitura e da análise dos slides de Sociologia da Seduc-SP. Seus nomes foram omitidos em razão do assédio moral e da perseguição que tem sido imposta aos professores da Rede Estadual de Ensino Paulista.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

APPLE, M. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ABECS). **Contra o apagamento da Sociologia no Currículo Paulista para 2024**. São Paulo: ABECS, 2024.

Disponível em: https://abecs.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Nota_ABECS__nov%202023.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**. Educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Apêndice A

Roteiro utilizado para a análise do material digital da Seduc:

Tema	O tema da aula é pertinente e relevante para a sociologia como campo de conhecimento e para o ensino de sociologia? É adequado para a série em questão?
	O tema da aula segue uma coerência lógica com as aulas anteriores e posteriores? Ou a aula se encontra desconectada com a discussão proposta nas outras aulas?
Conceitos	Quais são os conceitos desenvolvidos na aula? São tratados com rigor científico e a partir de referências teóricas reconhecidas no campo de estudo?
	Apresenta erros conceituais e ou teóricos?
Metodologias e recursos	Quais são os materiais utilizados? Há pluralidade de materiais e linguagens (texto, letra de música, charges, filmes, vídeos etc.)?
	O recurso audiovisual indicado é adequado para o desenvolvimento do tema?
	Os vídeos, imagens e charges dialogam com o conteúdo? São suficientes?
	O material estabelece um diálogo com as culturas juvenis?
	Os slides apresentam erros de ortografia e gramática? Os termos são utilizados adequadamente? (que tipo de metodologia é proposta? Os conhecimentos prévios/vivências/representações e valores dos estudantes são mobilizados nas atividades? Quais são as opções de materiais mais presentes?
	Há coerência entre o modo de apresentação dos conteúdos e a elaboração de atividades de aprendizagem e avaliação? São propostas atividades que relacionam conceitos/teorias a situações do cotidiano? As atividades didáticas propostas estimulam o desenvolvimento da curiosidade, do espírito crítico e da busca de investigação?
Forma de apresentação da aula	Há uma equilibrada distribuição dos saberes, em termos de quantidade, relevância e pertinência – para a compreensão da vida social?
	Como se dá a organização do tempo nas atividades? As atividades são viáveis dentro do tempo-aula?
Pressupostos do ensino de Sociologia	Os princípios de desnaturalização e estranhamento da realidade se encontram presentes na sequência didática? Os conhecimentos prévios/vivências/representações e valores dos estudantes são “estranhados” ou “desnaturalizados” nas atividades?
	No desenvolvimento da aula é trabalhada a ideia de que o sujeito é construtor da história e de que as sociedades se recriam pela ação dos sujeitos?
	Os fenômenos sociais tratados na aula consideram a inseparabilidade das três áreas das Ciências Sociais? Antropologia, Ciência Política e Sociologia?
	A análise sociológica proposta parte da de contextos familiares aos estudantes? O conteúdo se adapta aos diferentes públicos que compõem os estudantes do Estado de São Paulo? Quilombolas, indígenas, periféricos e área rural?
	A aula é organizada considerando as diferentes visões teóricas no campo das Ciências Sociais evitando uma leitura dogmática do mundo.
	A aula se pauta nos princípios da LDB que preconizam o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador; a sustentabilidade socioambiental como meta universal?

Recebido em agosto de 2024.

Aprovado em novembro de 2024.